

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.951 - MG (2018/0310803-8)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**RECORRENTE** : LEANDRO FERREIRA VILAÇA  
**RECORRENTE** : ROSILAINE DE CASTRO  
**ADVOGADO** : CARLOS HENRIQUE SOARES E OUTRO(S) - MG083118  
**RECORRIDO** : IRACEMA RODRIGUES PINHEIRO - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : IVANEY PINHEIRO DO COUTO - INVENTARIANTE  
**ADVOGADOS** : JOÃO HENRIQUE CAFÉ DE SOUZA NOVAIS - MG042288  
LUIZ HENRIQUE FRANCA ALVES DA SILVA E OUTRO(S) -  
MG067659

**EMENTA**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA DE IMÓVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de adjudicação compulsória de imóvel.
2. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.
3. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
4. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
5. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
6. Recurso especial não conhecido.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por LEANDRO FERREIRA VILAÇA e ROSILAINE DE CASTRO, fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

**Ação:** de adjudicação compulsória de imóvel, ajuizada pelos recorrentes, em face de IRACEMA RODRIGUES PINHEIRO - ESPÓLIO.

**Sentença:** julgou improcedente o pedido.

**Acórdão:** acolheu, de ofício, a preliminar de nulidade da sentença

para cassá-la e extinguiu o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 57 do CPC/15. O acórdão foi assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA DE IMÓVEL - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA - CONTINÊNCIA COM AÇÃO ANTERIOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS - INOBSERVÂNCIA DO ART.57 DO CPC/15 - SENTENÇA CASSADA. O art.57 do CPC/15 impõe a extinção da ação contida se esta for posterior à ação continente, de modo que inobservado o referido comando legal pelo julgador sentenciante, a cassação da sentença é medida que se impõe ante o flagrante "error in procedendo".

**Embargos de declaração:** interpostos pelos recorrentes, foram parcialmente acolhidos, a fim de cassar o acórdão recorrido e determinar a abertura de vista às partes, para manifestação sobre os arts. 56 e 57 do CPC/15.

**Embargos de declaração:** interpostos pelos recorrentes, foram rejeitados.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 4º, 9, 10, 11, 57, 489, § 1º, VI, e 1.022 do CPC/15, bem como dissídio jurisprudencial. Além de negativa de prestação jurisdicional, sustenta a violação do princípio da não surpresa, na medida em que o Relator reconheceu, de ofício, a existência de nulidade, sem prévia intimação das partes. Aduz a existência de erro de fato, tendo em vista que não é possível a cumulação dos pedidos de adjudicação compulsória e prestação de contas.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

**- Julgamento: aplicação do CPC/2015**

**- Da violação do art. 1.022 do CPC/15**

A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial. Aplica-se, neste caso, a Súmula 284/STF.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **- Da fundamentação deficiente**

Os argumentos invocados pelos recorrentes não demonstram como o acórdão recorrido violou os arts. 4º, 9, 10, 11, 57 e 489, § 1º, VI, do CPC/15.

## **- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido, apesar da interposição de embargos de declaração, não decidiu acerca dos argumentos invocados pelo recorrente em seu recurso especial quanto aos arts. 4º, 9, 10, 11 e 57 do CPC/15, o que inviabiliza o seu julgamento. Aplica-se, neste caso, a Súmula 211/STJ.

## **- Do reexame de fatos e provas**

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à existência de continência, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora